



INFORMAÇÃO TÉCNICA CPEA 746-001/10

**EIA/ RIMA BRASIL INTERMODAL TERMINAL SANTOS - BRITES
SANTA RITA S/A TERMINAIS PORTUÁRIOS**

**ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS EM ATENDIMENTO À
ANÁLISE (CHECK LIST PRELIMINAR) DA
COORDENADORIA GERAL DE TRANSPORTE, MINERAÇÃO E OBRAS
CIVIS DO IBAMA**

PROCESSO Nº 02001.006395/2008-35

FEVEREIRO/2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. RESPOSTAS ÀS CONSIDERAÇÕES DO IBAMA	3
Item 1 - Identificação do Empreendedor e Empresa Consultora	3
Item 2 – Dados do empreendimento	6
Item 5 – Diagnóstico Ambiental	8
ANEXOS	14

1. INTRODUÇÃO

A Informação Técnica CPEA 746 - 001/10 foi elaborada em atendimento à análise (Check List Preliminar) realizada pela Coordenadoria Geral de Transporte, Mineração e Obras Cíveis do Ibama sobre as informações apresentadas no EIA-RIMA do Brasil Intermodal Terminal Santos – BRITES, protocolizado em 24/11/2010.

A seguir, são apresentados os esclarecimentos referentes às considerações do referido órgão

2. RESPOSTAS ÀS CONSIDERAÇÕES DO IBAMA

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA CONSULTORA

1. Constar a certidão negativa de débitos ambientais junto ao IBAMA.

Resp.: No Anexo 01 são apresentadas as Certidões Negativas de Débitos Ambientais junto ao IBAMA para a empresa consultora (Consultoria Paulista de Estudos Ambientais LTDA – EPP), para a SANTA RITA S.A. – Terminais Portuários, empreendedor, e da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A, grupo do qual A SANTA RITA S.A. – Terminais Portuários faz parte.

2. Número do cadastro técnico do empreendedor e empresa de consultoria, além dos dados do representante legal do empreendedor (não apenas da pessoa de contato).

Resp.: Nas tabelas 01 a 03, a seguir, são apresentados todos os dados da empresa de consultoria, do empreendedor e seu representante legal.

No Anexo 02 é apresentada a Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10/09/2008, protocolada no Jucesp, onde consta a nomeação de Emma Russo como Diretora Presidente da empresa, bem como procuração da empresa TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., grupo do qual A SANTA RITA S.A. – Terminais Portuários faz parte, nomeando Emma Russo como representante legal da empresa.

Tabela 01

CONSULTORIA PAULISTA DE ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA		
CNPJ-MF	04.144.182/0001-25	
Endereço	Rua Henrique Monteiro, nº 90 - 13º andar	
Cidade	São Paulo - SP	
CEP	05423-020	
Telefone/Fax	(011) 4082-3200	
Representante Legal	Nome	Sérgio Luís Pompéia
	Cargo	Diretor Geral
	Fone	(011) 4082-3200
	Fax	(011) 4082-3222
	CTF	346777
Pessoa de Contato	Nome	Sérgio Luís Pompéia
	Cargo	Coordenador Técnico
	Fone	(011) 4082-3200
	Fax	(011) 4082-3222
	E-mail	sergio.pompéia@cpeanet.com
Certidão Negativa de Débitos Ambientais	Vide Anexo	
Registro no Cadastro Técnico Federal - CTF	346780	

Tabela 02

SANTA RITA S.A - Terminais Portuários		
CNPJ-MF	10.228.340/0001-28	
Endereço	Rua das Olimpíadas, 205, 14º andar, cj 1402 – Vila Olímpia	
Cidade	São Paulo – SP	
CEP	04551-000	
Telefone/Fax	(11) 2169 3999	
Representante Legal	Nome	Emma Russo
	Cargo	Diretor Presidente
	Fone	(11) 2169 3999
	Fax	(11) 2169 3969
	E-mail	emma.russo@tpisa.com.br
	CTF	3042743
Pessoa de Contato	Nome	Emma Russo
	Cargo	Diretor Presidente
	Fone	(11) 2169 3999
	Fax	(11) 2169 3969
	E-mail	emma.russo@tpisa.com.br
Certidão Negativa de Débitos Ambientais	Vide Anexo	
Registro no Cadastro Técnico Federal - CTF	3231206	

Tabela 03

Triunfo Participações e Investimentos S/A		
CNPJ-MF	03.014.553/0001-91	
Endereço	Rua das Olimpíadas, 205, 14º andar, cj 1402 – Vila Olímpia	
Cidade	São Paulo – SP	
CEP	04551-000	
Telefone/Fax	(11) 2169 3999	
Representante Legal	Nome	Emma Russo
	Cargo	Diretora Presidente
	Fone	(11) 2169 3999
	Fax	(11) 2169 3969
	E-mail	emma.russo@tpisa.com.br
	CTF	3042743
Pessoa de Contato	Nome	Emma Russo
	Cargo	Diretor Presidente
	Fone	(11) 2169 3999
	Fax	(11) 2169 3969
	E-mail	emma.russo@tpisa.com.br
Certidão Negativa de Débitos Ambientais	Vide Anexo	
Registro no Cadastro Técnico Federal - CTF	3042765	

3. A listagem com a assinatura dos técnicos que participaram da elaboração do EIA esta desfalcada de várias assinaturas, bem como o do nº do conselho de classe de vários profissionais.

Resp.: A lista de equipe técnica atualizada, devidamente assinada por cada um dos profissionais, é apresentada no Anexo 03. Alguns profissionais que não puderam assinar a lista, por motivos de viagem ou mudança de local de trabalho, enviaram autorização, via e-mail, para assinatura em seus nomes. Estas autorizações também são apresentadas no Anexo 03.

Ressaltamos que alguns dos profissionais da equipe técnica não são registrados em Conselho de Classe, uma vez que não respondem pela responsabilidade técnica do estudo. Para tanto, quem assina a responsabilidade pelos estudos são os coordenadores dos meios (físico, biótico e socioeconômico), bem como demais coordenadores do estudo. Todos os coordenadores – responsáveis técnicos pelos estudos apresentados - apresentam nº de registro no Conselho de Classe, conforme apresentado na lista de equipe técnica anexa.

Lembramos, ainda, que existem profissões que não são regulamentadas por conselho de classe (ex. oceanografia, ecologia e etc.), às quais, portanto, não se aplica esta exigência.

Todos os profissionais que participaram dos estudos possuem o CTF – Cadastro Técnico Federal, devidamente preenchido na Lista de equipe técnica apresentada.

ITEM 2 - DADOS DO EMPREENDIMENTO

1. Solicita-se informações desde a concepção do projeto original e suas alterações antes mesmo do início do procedimento de licenciamento ambiental. Assim, sugere-se contemplar este item, se for o caso.

Resp.: A fase de concepção do projeto conceitual do Terminal Brites foi iniciada em 10/07/2008 pela empresa Planave S/A, tendo sido adotadas algumas premissas para o seu desenvolvimento:

- Acessos: rodoviário, ferroviário e marítimo.
- Instalações da Retroárea: área total de pátio entre 500.000m² e 600.000m².
- Estrutura Marítima: três berços de atracação, ponte de acesso (ligação entre a retroárea e os berços de atracação), canal de acesso e bacia de evolução (execução de dragagem de aprofundamento para a cota 15m, estimando-se a necessidade de dragagem de cerca de 14.500.000m³ de sedimentos).
- Navio de Projeto: adotou-se como navio de projeto, o porta-contêiner *Post Panamax*, que possui porte bruto de 104.696tpb, calado de 14m, comprimento de 347m e boca de 42,8m.

Com base nas premissas citadas anteriormente, foram estudadas as alternativas de layout, retroárea e estruturas marítimas na fase de concepção do projeto original, antes mesmo do início do procedimento de licenciamento ambiental. Essas alternativas foram apresentadas nas Figuras 2.2.3.2 – 1 a 2.2.3.2 – 4 e nas Figuras 2.2.3.2.2 – 1 do EIA (Volume 1 – Cap. 2 - pág. 16, 17 e 19).

Considerando que todas as alternativas citadas acima atendiam às premissas de projeto, o resultado da análise de alternativas e a determinação do layout final do projeto do Terminal Brites, apresentado no EIA, foi subsidiada, principalmente, por estudos ambientais, visando equacionar conflitos que poderiam ser considerados limitantes ao desenvolvimento do empreendimento.

Conforme apresentado no item 2.2.3.3 do EIA (Volume 1 – Cap. 2 - pág. 22), foram realizados os seguintes estudos que subsidiaram a escolha da alternativa final de projeto:

- Estudo prévio de viabilidade ambiental;
- Estudos preliminares sobre o Patrimônio Histórico e Cultural;
- Estudos de Batimetria, Sonar de Varredura e Sísmica no Largo de Santa Rita;
- Simulação hidrodinâmica e de transporte de sedimento na região do Largo de Santa Rita.

Desta forma, a alternativa de projeto selecionada e apresentada no EIA atendeu às premissas técnicas e econômicas necessárias para sua viabilidade operacional, considerando desde a fase de planejamento do projeto critérios de menor impacto ambiental para sua implantação e operação.

2. No que tange a questão da localização geográfica, não foi apresentado mapa (carta-imagem ou foto-carta) dos principais núcleos urbanos localizados na área de influência do empreendimento, das principais áreas produtivas e comunidades afetadas, com indicação e limites das UC's na área de influência e de todas as áreas legalmente protegidas.

Resp.: o desenho 7460901LRA3 do EIA (Volume 1 - Cap. 5 - pág. 7) apresentou a localização regional do empreendimento, indicando os limites dos municípios que ocorrem na região. Visando facilitar a visualização dos núcleos urbanos, é apresentado, no Anexo 04 deste documento, o novo desenho 7461064LRA3 - Localização Regional, núcleos urbanos e comunidades, que indica de maneira unificada a localização regional, núcleos urbanos e comunidades de pesca nas áreas de influência.

A indicação dos diferentes usos do solo na área de influência do empreendimento foi apresentada no desenho 7460913USA1 do EIA (Anexos Volume 19 - Anexo 7.3.3.6 – 1) e discorrida no Diagnóstico do Meio Sócio-econômico (Volume 4 – Cap. 7 - item 7.3), tendo seus diferentes usos e principais atividades produtivas e comunidades existentes discutidas em maiores detalhes, respectivamente, no item **7.3.3.9. Uso e Ocupação do Solo** (pág. 131), e principalmente, no que tange à atividade pesqueira, no item **7.3.3.6. Atividade Pesqueira** (pág. 110), complementada pelo desenho 7460944CPA2 do EIA (pág. 113), que apresenta as comunidades de pesca da região.

As informações quanto às áreas protegidas, incluindo as UC's e outros espaços protegidos, foi apresentada no Diagnóstico do Meio Biótico (Volume 3 – Cap. 7), mais especificamente no item **7.2.5 Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas** (pág. 366), que abrange as áreas protegidas localizadas a até 10 km de distância da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento (ADA), as quais estão graficamente apresentadas no desenho 7460920UCA3 do EIA (Anexos Volume 18 - Anexo 7.2.5 – 1 - Unidades de Conservação e Outros Espaços Protegidos). Visando facilitar a visualização dos limites dessas áreas protegidas, é apresentado, no Anexo 04 deste documento, o novo desenho 7460963UCA3 - Detalhe das Unidades de Conservação e Outros Espaços Protegidos, que apresenta um zoom na região do empreendimento com indicação dos limites das áreas de influência.

No Anexo 04 são apresentados os desenhos constantes no EIA e citados anteriormente, bem como os novos desenhos, elaborados em atendimento a esta solicitação, conforme segue:

- Anexo 04-A: desenho 7460901LRA3 - Localização regional;
- Anexo 04-B: novo desenho 7461064LRA3 - Localização Regional, núcleos urbanos e comunidades;
- Anexo 04-C: desenho 7460913USA1 – Uso e Cobertura da terra no entorno da área do empreendimento;
- Anexo 04-D: desenho 7460944CPA2 - Localização das comunidades de pesca artesanais e das Garagens Náuticas do estuário de Santos;

- Anexo 04-E: desenho 7460920UCA3 - Unidades de Conservação e Outros Espaços Protegidos;
- Anexo 04-F: novo desenho 7460963UCA3 - Detalhe das Unidades de Conservação e Outros Espaços Protegidos.

ITEM 5 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

1. Verificou-se no EIA a carência da apresentação de informações relacionadas às características geotécnicas dos solos em que irão se desenvolver as obras (meio físico, sub item 5.1.3)

Resp.: Para a elaboração do diagnóstico, foi realizado levantamento de campo dos aspectos geológicos e geotécnicos da ADA, tendo sido efetuada uma visita ao local em terra. A avaliação dos arredores imediatos foi executada por meio de embarcação, sendo verificada a foz do Rio Jurubatuba, a foz do córrego das Neves – que desemboca no limite sudeste da ADA – as áreas alagadas do Largo Santa Rita, o canal que separa o continente – vertente sudoeste do Morro das Neves e depósitos recentes – da Ilha dos Bagres, assim como a própria ilha a partir da margem sul, junto ao Canal do Porto de Santos.

Além destes estudos, foram utilizados dados secundários das campanhas de investigações realizadas pela Embraport em 2002, na região entre a Ilha Barnabé e o Canal de Bertioga, e pela Cosipa em 2003, ao longo do Canal de Piaçagüera e na região do Dique do Furadinho – ou seja, na região que compreende a AID do empreendimento, que permitiram identificar e caracterizar as unidades geológico-geotécnicas presentes, uma vez que as mesmas foram amplamente investigadas e se repetem, com as mesmas características, nos modelos adotados pela Embraport e Cosipa.

As unidades presentes na ADA, suas espessuras e características, foram detalhadamente descritas no **Capítulo 7 do EIA, item 7.1.4.1.4.** (Volume 2 – Cap. 7 - pag. 70)

Também foram utilizados resultados de sondagens realizadas na região da baixada santista, fornecidos pela Autoridade Portuária - Codesp.

Dentre as várias plantas de locação de sondagens consultadas, destaca-se o documento nº SP 165-69 (Anexo 05-A), que identifica o ponto “S.32” localizado nas proximidades do terreno onde será construído o Terminal BRITES. No Documento Sondagem 32 (Anexo 05-B) pode-se constatar que, até os 18,6 metros de profundidade, o material encontrado refere-se à argila marinha, muito mole, cinza escura, chegando-se a esta profundidade no sétimo golpe. Vale destacar, que a caracterização geomorfológica e estratigráfica da área do empreendimento (Terminal BRITES) apresentada no relatório intitulado “Estudo de Alternativas para o Pré-adensamento do Solo da Retroárea do Porto”, (2009), baseou-se em dados secundários, levantados a partir dos boletins de sondagens realizadas na Ilha de Barnabé (Santos, SP) e do artigo Suguio & Martins (1994).

Cabe ressaltar que, a Santa Rita S.A. vem dando continuidade ao detalhamento dos estudos para a realização de sondagens e ensaios geotécnicos de campo, de forma a se obter as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto executivo de engenharia. Para tanto, já está sendo providenciado o detalhamento do Plano de Investigação Geotécnica (localização dos furos de

sondagem a serem executados), para o qual será solicitada, ao IBAMA, a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), para abertura de trilhas e acesso às áreas e realização das sondagens.

2. Para o meio biótico, faltaram ser apresentadas informações pertinentes a flora, tais como a carta imagem da AID, fauna, tais como sítios de nidificação e alimentação de aves, biota aquática tais como cetáceos e quelônios (identificação de praia onde ocorre nidificação, mapeamento de sítios de desova), além das informações pertinentes a unidades de conservação.

Resp.: A carta imagem da flora da AID foi apresentada no mapa de Cobertura Vegetal da AID no desenho 7460923CVA1 do EIA (Anexos Volume 17 - Anexo 7.2.1.1.2 – 1 – Cobertura Vegetal na Área de Influência Direta Preliminar, com localização das parcelas amostrais), e descrita e quantificada no Diagnóstico do Meio Biótico (Volume 3 – Cap.7), mais especificamente no item **7.2.1.1 Vegetação** (pág. 3) e Tabela 7.2.1.1.3 – 1 (pág. 15), reproduzida abaixo, tendo todas as espécies encontradas nos levantamentos realizados apresentadas na lista de espécies amostradas na AID e ADA (Anexos Volume 17 - Anexo 7.2.1.1.3 – 1 - Lista de espécies amostradas na AID e ADA).

Tabela 7.2.1.1.3 - 1 do EIA: Áreas ocupadas por cada tipologia de cobertura vegetal e uso do solo na AID, em hectares e em porcentagem.

Tipologia de cobertura vegetal e uso do solo	Total	
	ha	%
Floresta Ombrófila Densa Submontana	763,41	16,95
Vegetação de transição restinga-encosta em estágio inicial	11,19	0,25
Floresta alta de restinga em estágio avançado	6,07	0,13
Floresta alta de restinga em estágio médio	59,29	1,32
Floresta alta de restinga em estágio inicial	107,56	2,39
Vegetação de transição manguezal-restinga	251,70	5,59
Manguezal	2.318,30	51,47
Floresta paludosa	0,68	0,02
Campo Brejoso	16,91	0,38
Vegetação em Área Antropizada	319,47	7,09
Outros usos*	649,61	14,42
Total	4.504,19	100,00

* Exploração mineral, sedimento exposto, uso portuário e retroportuário, área urbana.

Quanto à fauna, havia sido apresentada a localização dos sítios de nidificação do gavião-asa-de-telha na Figura 7.2.1.2.4-1 do EIA (Volume 3 – item 7.2.1 – pág. 78) e de aves aquáticas no desenho 7460918NIA3 – Carta de Localização dos Ninhais no Estuário de Santos e São Vicente – do EIA (Volume 3 – item 7.2.1 – pag. 80). Quanto à alimentação, as aves, aparentemente, utilizam de maneira bem dispersa toda a região do estuário para alimentação, mas considerando as informações obtidas ao longo de vários anos de realização de estudos na região foi possível identificar aquelas que podem ser consideradas como as principais ou maiores áreas de alimentação de aves, apresentadas no novo desenho 7461062NAA3 – Carta de localização dos sítios de nidificação e alimentação de aves na AID (Anexo 06-D deste documento).

O Item **7.2.2.7. Cetáceos e Quelônios** do EIA (Volume 3 - pág. 281) apresenta desde uma revisão de dados secundários de cetáceos e quelônios na ADA e AID até a coleta de dados primários, através de censos visuais em rotas aquáticas, apresentadas no desenho 7460954RAA3 do EIA (Volume 3 - item 7.2.2 - pág. 287).

O boto-cinza, *S. guianensis*, é a única espécie de mamífero marinho da região que estabelece território em regiões estuarinas podendo adentrar assim a AID do empreendimento. Entre meados do ano 2000 e início de 2007, um grupo de 5 indivíduos dessa espécie era freqüentemente avistado na região do estuário de Santos-Cubatão. Contudo, essa espécie não é avistada na área estuarina desde os primeiros meses de 2007 (EMBRAPORT, 2007; 2008) e não foi registrada durante os atuais levantamentos (Volume 3 - item 7.2 - pág. 281-282).

No que diz respeito à identificação de praia onde ocorre nidificação e/ou sítios de desova as tartarugas-marinhas presentes no estuário utilizam esse locais durante os períodos de descanso reprodutivo, como área de alimentação, desovando apenas em ilha oceânicas (Bolten, 2003; Heppel *et al.*, 2003). A ocorrência de tartarugas-verdes em águas costeiras e estuarinas está associada aos seus hábitos alimentares (Volume 3 - item 7.2 - pág. 282), não existindo portanto locais de nidificação nem desova na AID do atual empreendimento.

As informações quanto às áreas protegidas, como já apresentada na resposta ao item anterior, incluindo as UC's e outros espaços protegidos, foi apresentada no Diagnóstico do Meio Biótico (Volume 3 – item 7.2), mais especificamente no item **7.2.5 Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas** do EIA (pág. 366), que abrange as áreas protegidas localizadas a até 10 km de distância da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento (ADA), as quais estão graficamente apresentadas no desenho 7460920UCA3 do EIA, apresentado no Anexo 04-E deste documento. Visando facilitar a visualização dos limites dessas áreas protegidas foi elaborado o novo desenho 7460963UCA3, que apresenta um zoom na região do empreendimento com indicação dos limites das áreas de influência, e é apresentado no Anexo 04-F deste documento.

No Anexo 06 são apresentados os desenhos constantes no EIA e citados anteriormente, bem como o novo desenho com a localização de sítios de nidificação e alimentação de aves, elaborado com vistas ao atendimento a esta solicitação, conforme segue:

- Anexo 06-A: desenho 7460923CVA1 - Cobertura Vegetal na Área de Influência Direta Preliminar, com localização das parcelas amostrais;
- Anexo 06-B: lista de espécies amostradas na AID e ADA;
- Anexo 06-C: desenho 7460918NIA3 - Carta de Localização dos Ninhais no Estuário de Santos e São Vicente;
- Anexo 06-D: novo desenho 7461062NAA3 – Carta de localização dos sítios de nidificação e alimentação de aves na AID;

- Anexo 06-E: desenho 7460954RAA3 - Rotas para censos visuais de quelônios e mamíferos marinhos;
3. No item 5.3.1. - **Metodologia aplicada**, não consta no EIA o segundo tópico que solicita o "mapeamento com as delimitações das áreas de influência". Ressalta-se a importância desse mapeamento ser feito de maneira específica para cada meio, e que conste juntamente com sua respectiva análise no estudo, para propiciar maior clareza e agilidade durante a leitura do estudo.

Resp.: Conforme exposto na Apresentação do EIA, alguns ajustes técnicos, em termos de organização de itens e de capítulos, foram realizados no sentido de contribuir para o melhor entendimento do empreendimento objeto de licenciamento, como também e, principalmente, dos impactos a serem gerados nos meios estudados em suas diversas fases. Neste sentido, optou-se pela criação de um capítulo específico (Volume 1 – Cap. 6) que trata de maneira geral e integrada as áreas de influência estudadas para cada meio e apresenta os respectivos mapeamentos.

Essa abordagem, logo antes do Capítulo 7 – Diagnóstico Ambiental (Volume 2), permite ao licenciador o conhecimento prévio dos espaços estudados e de suas inter-relações, o que facilita a compreensão do conteúdo de cada tema estudado, nos respectivos meios.

O Diagnóstico Ambiental de cada meio estudado foi igualmente estruturado para cada uma das 03 áreas estudadas – AII, AID e ADA – sendo assim, os mapas temáticos são detalhados e analisados ao longo do respectivo item do Diagnóstico.

4. Quanto ao item 5.3.2. - **População**, foram encontrados todos os tópicos solicitados, contudo é necessário que o mesmo seja reorganizado para se adaptar à sequência do Termo de Referência.

Resp.: O Diagnóstico foi estruturado, como mencionado no EIA, por áreas de influência, sendo que o item população está apresentado – dentro das respectivas abordagens temáticas – mais detalhadamente na AII, uma vez que na AID não há a presença de núcleos urbanos, sendo, neste caso, detalhados os aspectos relacionados a pesca e comunidades mais tradicionais.

O atendimento à sequência sugerida no TR emitido pelo IBAMA (para a AID) esta apresentada no item 7.3.2.3 do EIA - que trata da AII (Volume 4 – Cap. 7 – pág. 22), uma vez que demonstrou-se ser mais pertinente a abordagem de temas como demografia, organização social, dentre outras, no âmbito do município de Santos.

5. No item 5.3.3. - **Atividades Produtivas**, faltou o último tópico que solicita os "eventuais conflitos do projeto com o uso atual do ambiente a ser afetado, abrangendo os seguintes aspectos e suas relações: navegação que não àquela gerada pelo empreendimento, atividade pesqueira, uso turístico, atividade de lazer e outros possíveis usos na área de influência direta".

Resp.: Atualmente – em termos de diagnóstico socioeconômico – não há conflito de uso com relação aos aspectos mencionados no TR, razão pela qual optou-se por tratar esse tema no âmbito dos demais capítulos do EIA, a saber: a avaliação integrada aborda futuros conflitos com pesca e

navegação, por exemplo. Além deste capítulo, o capítulo de identificação e avaliação de impactos explora esses temas mais detalhadamente e de forma mais integrada com o conjunto das avaliações do EIA. Optou-se, portanto, por considerar, no diagnóstico, aquelas questões presentes atualmente nos meios estudados e nas suas respectivas áreas de influencia, razão pela qual não é mencionada a existência de conflitos de uso.

As informações mencionadas estão apresentadas no **item 7.3.2.4 do diagnóstico** (Volume 4 – Cap. 7 – pág. 33), no tocante aos temas específicos e que serão impactados pelo empreendimento e cujos conflitos potenciais são tratados no capítulo de impactos ambientais.

6. O item 5.3.4. - *“*Uso e Ocupação do Solo e Entorno*”*, necessita de ampla revisão, uma vez que se encontra confuso e contendo poucos elementos solicitados no Termo de Referência. Será necessário elaborar "levantamento da compatibilização do empreendimento como o zoneamento de uso e ocupação do solo no município, identificando a existência de possíveis conflitos". Também ficaram ausentes os itens que solicitava a "caracterização das áreas urbanas do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso do empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais" e "caracterização do entorno do projeto, com enfoque nas atividades industriais ou outras (saneamento) com lançamento de efluentes, e com potenciais interferências na qualidade da água".

Resp.: Os temas elencados no TR estão apresentados no EIA, porém, conforme explicado na Apresentação do estudo, em itens e capítulos novos, que foram inseridos - sempre visando a melhor compreensão das análises realizadas e o pleno atendimento ao solicitado pelo IBAMA. Assim:

- a. A compatibilização do empreendimento com a legislação e conflitos etc. está apresentada tanto no capítulo de legislação (não previsto no TR) como também no **item 7.3.3.8 do diagnóstico** (Volume 4 – Cap. 7 - pág. 125)
- b. A caracterização das áreas urbanas do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso do empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais estão apresentadas, tanto no desenho 7460913USA1 - Uso e Cobertura da terra no entorno e área do empreendimento - do EIA (Anexos Volume 19 - Anexo 7.3.3.6-1), apresentado no Anexo 04-C deste documento, como no item que trata das comunidades tradicionais de pescadores (vila Diana e Monte Cabrão) que foram objeto de caracterização específica (ver **item 7.3.3.9**).
- c. Não há aglomerados populacionais nas proximidades do empreendimento, nem tão pouco a presença de atividades econômicas significativas - restringindo-a um aterro sanitário e uma pedreira, existentes nas suas imediações
- d. A caracterização do entorno do projeto, com enfoque nas atividades industriais ou outras (saneamento) com lançamento de efluentes, e com potenciais interferências na qualidade da água, está descrita no item que aborda os projetos co-localizados (Volume 4 - item 4.1). O

novo desenho 7460965PRCA3 - Indicação dos Projetos Co-localizados no entorno da área proposta para o Terminal - apresenta a localização destes projetos. Reforça-se que, pelas características locais, não se verifica a presença de atividades econômicas que gerem emissões significativas (como mencionado no TR).

No Anexo 07 é apresentado o novo desenho 7460965PRCA3, elaborado em atendimento a esta solicitação.

7. Verificou-se no item 5.3.5. - *"*Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico** - a ausência de "informações sobre as Áreas Tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT presentes na AID e ADA do empreendimento".

Resp.: Preliminarmente, é necessário salientar que o Patrimônio Cultural é protegido nas três esferas de poder. Assim, foram levantados de arrolados todos os bens culturais objeto de interesse pelo Município, pelo Estado e pela União. O texto geral de apresentação do Patrimônio Cultural oferece um panorama geral dos bens culturais por categorias e no transcurso do tempo, situando-os historicamente. A Tabela 7.3.3.10 – 1 do EIA (Volume 4 – item. 7.3 - pág. 173) especifica os bens tombados por esfera de governo.

A seguir é apresentado o Patrimônio Ambiental de Santos, objeto de atenção especialmente da parte do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Estado de São Paulo - e, por decorrência, do CONDEPASA - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. A Figura 7.3.3.10 – 11 do EIA (Volume 4 – item. 7.3 - pág. 176) acrescenta as áreas ambientais protegidas ao mapeamento dos bens culturais.

Os bens culturais objeto de processo de tombamento pelo CONDEPHAAT situados na ADA estão amplamente caracterizados no item 7.3.3.11 do EIA (Volume 4 – Cap. 7.3 - pág. 181). Não é possível ir além do que está exposto uma vez que o processo de tombamento pelo CONDEPHAAT destes bens ainda não está finalizado.

Estudos mais extensos e mapeamentos mais pormenorizados podem ser localizados no Anexo 2.2.3.3.2 - 1 do EIA (Anexos Volume 1).



ANEXOS